

HISTÓRIA, MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE NAS OBRAS DE HENRY KOSTER E MANOEL ARRUDA DA CÂMARA: CONSTRUÇÕES CULTURAIS DA PAISAGEM NORDESTINA NO INÍCIO DO OITOCENTOS

Catarina de Oliveira Buriti¹

José Otávio Aguiar²

RESUMO: Não obstante dispor-se de poucas referências elaboradas em relação à Natureza do Semi-árido nordestino do século XIX por parte de viajantes, botânicos e naturalistas, destacam-se singularmente os trabalhos do viajante Henry Koster e do botânico Manoel Arruda da Câmara. Objetiva-se neste artigo investigar as peculiaridades do olhar e da escrita por eles elaboradas no momento em que percorreram as terras do Sertão nordestino e catalogaram parte das espécies típicas desse bioma. Tomando como fonte a obra do inglês Henry Koster, intitulada *Viagens ao Nordeste do Brasil* e do naturalista brasileiro Manoel Arruda da Câmara, *Obras Reunidas*, e como enfoque teórico-metodológico a história ambiental, propõe-se analisar como esses escritores elaboraram imagens particulares e com intencionalidades específicas a respeito da sociedade e do meio ambiente do Nordeste brasileiro das primeiras décadas do Oitocentos.

Primeiras incursões

O significativo acervo produzido por artistas, naturalistas e cientistas-viajantes sobre a paisagem natural do Brasil, nos últimos decênios do século XVIII e no alvorecer do século XIX, não apenas nos traz registros acerca de épocas, historicidades e espaços distintos, mas, também, fornece-nos visões e versões diversificadas, que nos permitem conhecer diferentes percepções sobre os luso-brasileiros e sua cultura em formação. É sabido que, de algum modo, tais imagens contribuíram para a formação da identidade do Norte (atual Nordeste) e, não obstante esses registros e representações do nosso passado colonial resultem de intencionalidades e tradições díspares, tais fragmentos contribuíram para compor histórias e forjar memórias específicas sobre o seu meio ambiente. A presença de viajantes e naturalistas estrangeiros e seus relatos publicados sobre o Brasil datam do século XVI. Existem mais de 260 obras, em várias línguas, nas quais os autores falam dos habitantes, da vida social, dos usos e costumes, da fauna, da flora e de outros aspectos da antiga América Portuguesa,

¹ Mestranda vinculada ao Programa de Pós-graduação em História da UFCG; Bolsista do PIBIC/UFCG/CNPq.

² Doutor em História e Culturas Políticas pela UFMG; Professor da Graduação e do Programa de Pós-graduação em História da UFCG.

principalmente durante o século XIX, depois que Dom João VI decretou a abertura dos portos brasileiros, em 1808. Com isso, houve um incremento da navegação, o estabelecimento de laços diplomáticos e o conseqüente aumento da presença estrangeira no país.

Dessa grande quantidade de estrangeiros, viajantes e aventureiros (ingleses, franceses, alemães, portugueses) que escreveram suas impressões e crônicas sobre o Brasil, pode-se destacar alguns que estiveram no Nordeste brasileiro e que elaboraram seus relatos sobre a paisagem e os povos da região, dentre eles, destaca-se o inglês Henry Koster, o francês Louis François de Tollenare e o naturalista brasileiro, com formação européia, Manuel Arruda da Câmara. Diversos historiadores têm atentado para tais peculiaridades narrativas a respeito de regiões específicas do país, entretanto, no que se refere ao Nordeste, constata-se que apenas esparsos escritos históricos têm sido fabricados com o intuito de atentar para o olhar dos naturalistas viajantes em torno da paisagem litorânea e sertaneja dessa região.

Muitos dos que vieram ao Brasil guiados por princípios e teorias da ciência praticada no século XIX, coletaram e enviaram informações encomendadas pelas Academias de Ciências européias. A peculiaridade da análise da obra de Manuel Arruda da Câmara reside no fato de que esta não foi, em última instância, apenas produto do olhar de um estrangeiro, mas de um brasileiro formado em territórios europeus, que direcionou os conhecimentos por lá construídos para analisar a sua Terra, com a sua Natureza e a sua gente. Não obstante tratar-se de um naturalista que investigou o meio ambiente da sua própria região, tais aspectos certamente contribuíram para que a sua observação e análise fosse, ao mesmo tempo, pré-programada e atrelada aos objetivos cientificistas europeus em relação à natureza nordestina e com visões e concepções nacionalistas. Podemos fazer tal inferência se pensarmos que, ao mesmo tempo em que Arruda da Câmara atendia diretamente aos interesses da Metrópole que financiou as suas pesquisas no Brasil, assim como os demais viajantes estrangeiros que por aqui estiveram, criticava a política colonial e a concepção botânica anterior que inferiorizava a natureza brasileira. Segundo Warren Dean (1996), ele ousava exaltar a sua terra natal em detrimento da metrópole abandonada: defendia que os países tropicais, eram muito mais férteis que a Europa, que estaria em uma condição “mediocre e miserável” caso não tivesse recebido, no passado, os cítricos e demais plantas. Mesmo assim, em lugar algum da Europa, poderia crescer o cacau, o café e o algodão. Assim se misturaram o nacionalismo e a botânica para inverter o preconceito acalentado pelos peninsulares desde a invasão.

Em 1793, Manuel Arruda da Câmara, viajante naturalista que percorreu o Sertão nordestino na transição da Colônia para o Império, regressando dos seus estudos na Europa com encargos científicos confiados e financiados pela Coroa portuguesa, aplicando seus

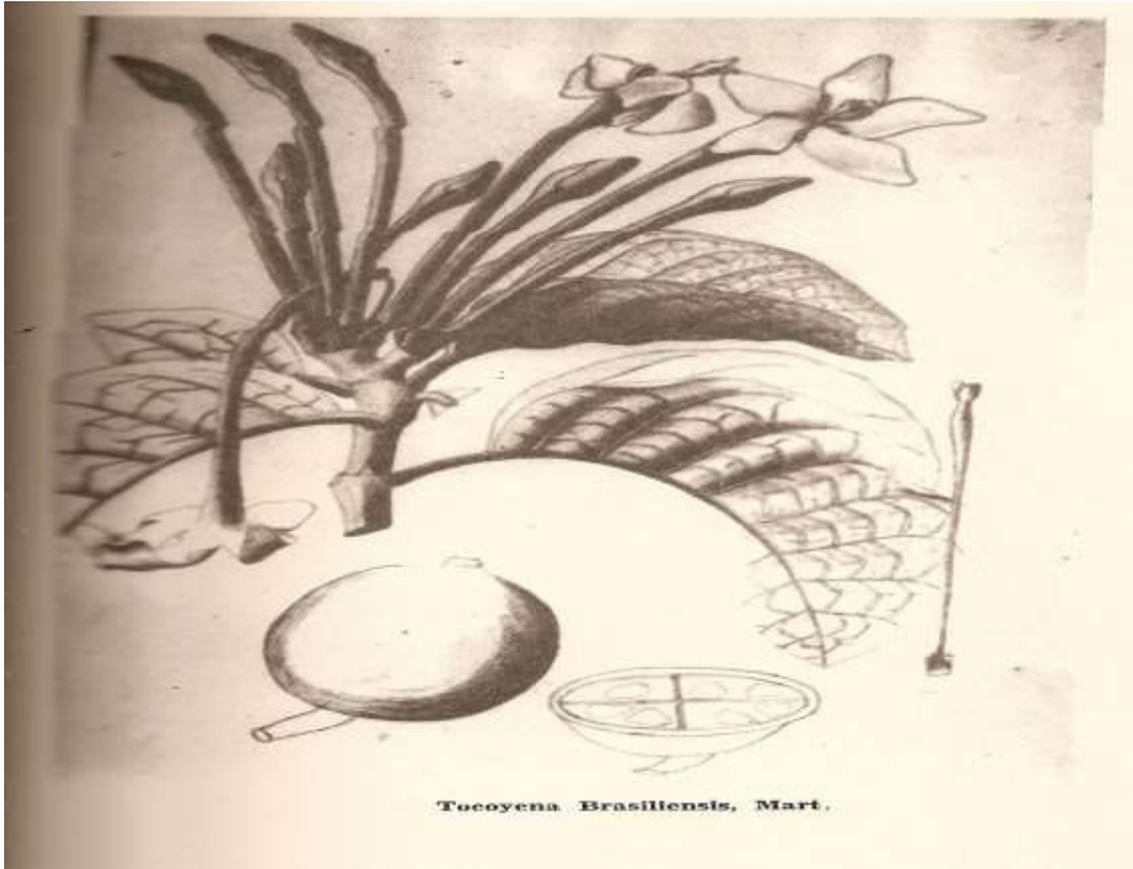
conhecimentos na área de história natural, estudos de agricultura e Botânica, dedicou-se à observação e à descoberta dos produtos vegetais, animais e minerais da região Nordeste.

O itinerário seguido pelo cientista-viajante compreende:

- Entre Março de 1794 e Setembro de 1795, fez uma expedição mineralógica entre Pernambuco e Piauí, levantando a ocorrência de diversos minerais;
- Entre Dezembro de 1797 e Julho de 1799, percorreu os sertões da Paraíba ao Ceará;
- Realizou viagens até ao rio São Francisco.

Deter-nos-emos neste ensaio, especificamente, as primeiras incursões feitas em torno da pesquisa, catalogação e análise da obra de Manuel Arruda da Câmara referente ao ambiente natural da Província da Paraíba, entre o período de 1793 a 1810 e da obra de Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, referente também às primeiras décadas do Oitocentos. Procuraremos, pois, delimitar vestígios do cotidiano das populações deste trecho do sertão nordestino, identificando a forma como a sociedade interagiu com o meio ambiente e se apropriou culturalmente da vegetação específica da região. A delimitação deste espaço corresponde a um dos territórios e biomas descrito pelo cientista ora estudado, na tentativa de elaborar um quadro do ambiente natural, da relação estabelecida entre Natureza e cultura agrícola da população. Tais aspectos se inter-relacionam intimamente, já que, no processo de humanização da Natureza, construímos, enquanto sociedades, aquilo que chamamos de paisagem humanizada. Esta paisagem,³ esculpida pelas mãos de diferentes atores históricos, em uma zona de contato colonial, será nosso objeto.

³ Para maiores informações acerca da relação entre paisagem e memória, ver a obra do historiador britânico SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das letras, 1996.



Catologação feita por Manuel Arruda da Câmara da vegetação do sertão nordestino, em fins do século XVIII

Mais interessante, para os nossos propósitos imediatos, é o relato das viagens de Arruda da Câmara pela zona rural, bordejando os biomas de Semi-árido. Podemos, em síntese, elencar grupos de fontes, imagens e elementos não excludentes entre si, que exerceram presença na leitura de Arruda da Câmara sobre o sertão.

A Metrópole encarregou esse naturalista de observar e descobrir nitreiras, minas de cobre e outros minérios da região que pudesse remeter vantagens econômicas para a Coroa. Manuel Arruda da Câmara, entretanto, enviou da Paraíba diversos relatórios e cartas para a Corte, afirmando não ter-se limitado apenas à análise do reino mineral, mas as suas observações alcançaram também os reinos vegetal e animal (notadamente insetos). Em virtude de sua preferência pela vegetação, nenhum de seus estudos remetidos à Metrópole resultou em descobertas de minerais.

A experiência de viagem, metáfora constante nas narrativas de Manuel Arruda da Câmara, pode ser encarada como uma das chaves possíveis para a construção de sua imagem

do sertão. Procurando suplantar as teorias de gabinete, elaboradas por homens como Bufon e o Abade Raynal, que nunca haviam visitado as Américas, Arruda da Câmara acreditava que não bastava ler sobre ou consultar os compêndios: era preciso sentir, fisicamente inclusive, as dificuldades que se lhe apresentavam previamente; era preciso pôr em tensão as próprias representações, as memórias, as experiências de outrem que lhe eram relatadas.

1. A obra de Manuel Arruda da Câmara

Manuel Arruda da Câmara nasceu no ano de 1752, na cidade de Pombal, sertão da Paraíba e faleceu em Itamaracá, Estado de Pernambuco, no ano de 1810. Foi um religioso, médico e intelectual brasileiro que notabilizou-se como um dos grandes botânicos do final do século XVIII. A partir de 1783, após ter professado a regra dos Carmelitas Calçados no Convento de Goiana, em Pernambuco, viajou para Portugal, onde matriculou-se na Universidade de Coimbra, formando-se em *Filosofia Natural*. Foi para a Universidade de Montpellier, na França, onde recebeu o grau de doutor em Medicina.

Retornando ao Brasil, sob a influência do ideário da Revolução Francesa, não se conformou com o quadro de injustiça social reinante e apressou-se em trabalhar visando a combater, sobretudo, em favor das famílias mais humildes, maiores vítimas do sistema patriarcal. Nesse sentido, fundou o Areópago de Itambé, Sociedade Maçônica que abrigava intelectuais da Paraíba e de Pernambuco e onde foi tramada a Revolução de 1817.

Dedicou-se ao estudo de botânica, estando entre os mais importantes naturalistas do século XVIII. Classificou a flora paraibana e produziu inúmeros trabalhos científicos sobre botânica, zoologia e mineralogia. Deixou uma importante bibliografia: *Centúria* (nunca foi publicada); *A memória sobre a cultura do algodoeiro*, 1797; *Dissertação sobre as plantas do Brasil*, 1817; *Discurso sobre a vitalidade da instituição de jardins nas principais províncias do país*, 1810; *Aviso aos lavradores sobre a suposta fermentação de qualquer qualidade de grãos ou pevides para aumento da colheita*, Lisboa, 1792; *Memórias sobre as plantas de que se podem fazer baunilha no Brasil*, (nas memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa, v. 40, 1814); *Memórias sobre o algodão de Pernambuco*, Lisboa, 1810; *Tratado de Agricultura*; *Tratado da lógica*.

No conjunto dessas expedições científicas, realizou levantamentos mineralógicos, botânicos e zoológicos, por ele próprio sistematizados. Redigiu escritos sobre agricultura e uma Flora de Pernambuco (*Centúrias dos novos gêneros e espécies das plantas*

pernambucanas), que contém desenhos feitos por ele mesmo e por João Ribeiro de Mello Montenegro.

A Paraíba lhe fez homenagem, dando seu nome a uma grande reserva florestal existente no centro da capital, a conhecida "Bica".

Manuel Arruda da Câmara poderia ser considerado um reformista ilustrado. O conjunto de idéias que se convencionou chamar iluminismo nunca constituiu uma unidade de princípios, um todo harmônico e universal. A busca do progresso das ciências e das técnicas, o anseio pela organização de uma nova sociedade baseada nos princípios de igualdade e de liberdade políticas, de uma forma de assegurar aos homens a felicidade, entendida como conquista ao alcance de todos, uniu muitos dos autores que comumente associamos ao estandarte das luzes. Estendendo suas raízes ao humanismo do século XVI, esse movimento intelectual de valorização da razão só se afirmou efetivamente a partir do século XVII inglês, alcançando, enfim, o seu ápice no século XVIII, quando, a partir da França, alastrou-se por toda a Europa, alcançando quase simultaneamente o Novo Mundo. Cabe, no entanto, observar que nunca houve uma só proposta ilustrada de mudança social e que o objetivo final para a maioria esmagadora dos filósofos era uma reforma e não uma subversão violenta e revolucionária da sociedade. Buscava-se a reconstrução da civilização humana em novas bases mais racionais e menos "obscuras", e isso poderia ser conseguido por meio de um monarca esclarecido.

Os mesmos princípios, talvez ligados entre si pelo culto à racionalidade e aos direitos naturais do homem, que embasaram revoluções na Inglaterra seiscentista, na França e nas Treze Colônias Inglesas nos setecentos, originaram, em outros países da Europa, a política do Reformismo Ilustrado, segundo a qual o soberano, concebido agora como servidor do Estado e não como a sua própria encarnação, promoveria as reformas necessárias no plano político, educacional e econômico. No Brasil, livros de Rousseau, Voltaire, Montesquieu e Raynal figuravam nas bibliotecas dos sediciosos mineiros de 1789; tiveram também seu lugar na Inconfidência Baiana e na Revolução Pernambucana de 1817.⁴

Em Portugal, como de resto na Prússia, na Rússia, na Toscana, no Reino de Nápoles e na Espanha, a absorção do iluminismo por parte de seus governantes e ministros incluiu a adoção de alguns princípios inovadores, e motivou a implementação de reformas que, acreditava-se, precederiam sua reivindicação por parte do povo. Distanciavam-se, assim, esses

⁴ Veja, sobre este assunto, a excelente introdução para a edição brasileira de *A Revolução da América*. FIGUEIREDO, Luciano Raposo Almeida; MUNTREAL FILHO, Osvaldo. Introdução. In: RAYNAL, Guilherme Thomas. *A revolução da América*. Rio de Janeiro? Arquivo Nacional, 1993. p.

países dos projetos de reestruturação do pacto social, que previam um aumento do nível de participação política, rumo a uma sociedade democrática.

Homens como o Marquês de Pombal, ministro de Dom José, monarca português que reinou entre os anos de 1750 e 1777, entendiam que, sendo o estado de natureza um estado de caos, carente de organização política, no qual as garantias e liberdades básicas dos homens encontravam-se ameaçadas, cabia ao estado reforçar o poder absoluto do Rei, como medida necessária para que se garantissem os direitos naturais. A reforma administrativa pombalina, responsável pela reafirmação do absolutismo lusitano, buscou uma reorganização da estrutura governamental no intuito de conseguir uma maior eficiência na máquina burocrática do império ultramarino. Expulsou-se os jesuítas e submeteu-se a catequese e a direção dos índios brasileiros diretamente ao Estado. Incentivou-se a atividade manufatureira em solo português e o comércio com o Brasil. Reformou-se ainda o ensino, particularmente o universitário ao qual seria incorporado um currículo de orientação ao mesmo tempo jusnaturalista⁵ e pragmática. No Colégio dos Nobres e na Universidade de Coimbra, as disciplinas marcadas pela escolástica medieval e teológica perdiam espaço, pois buscava-se orientar os alunos em direção a uma exploração planejada e racional do potencial das colônias. Isso porque formavam-se acima de tudo os jovens que, pela sua origem social, destinavam-se à futura direção do Estado, e, neste sentido, entravam no currículo as matemáticas, as ciências naturais, as línguas vivas. Dentre os formandos de Coimbra, figuravam futuros estadistas como o naturalista Rodrigo de Souza Coutinho e o mineralogista brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva.⁶

O objetivo fundamental de promover a modernização econômica e cultural de Portugal sem, no entanto, deixar de subordiná-la ao poder do Estado, sobreviveu à morte de Dom José I e à subida de Dona Maria I ao poder, logo seguida do afastamento do Marquês de Pombal em 1777, figurando ainda como horizonte de seus ministros sucessores para além da transferência da corte portuguesa para o Brasil.

Extremamente dependente da produção colonial, Portugal recebia com certo incômodo a mensagem das luzes, devido ao perigo de que as concepções de liberdade e igualdade

⁵ Sobre o jusnaturalismo veja verbete correspondente em: FASSO, Guido. Jusnaturalismo. In.:BOBBIO, Norberto; MANTTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1994. Ver também: CASTRO, Zília Ozório de. *Cultura e política: Manoel Borges Carneiro e o Vintismo*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990. V.2, cap.1, p.565-585.

⁶ Sobre o empirismo e o pragmatismo do reformismo ilustrado no Brasil ver: DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*,. Rio de Janeiro, n. 278, p. 105- 169, mar. 1968.

invadissem seus domínios ultramarinos. A dominação colonial, questionada até então em termos teológicos e somente no tocante à escravização indígena, passou a ser discutida em solo brasileiro, principalmente a partir do último quartel do século XVIII, quando movimentos sediciosos com planejamento e orientação revolucionária levantaram-se no Brasil.

Em 1796, com a morte de Martinho de Melo e Castro, Dom Rodrigo de Souza Coutinho foi nomeado ministro das colônias e da Marinha, iniciando uma política estratégica de absorção dos conhecimentos científicos estrangeiros, vistos como meio de racionalizar a exploração colonial e garantir a lealdade dos súditos de além-mar, frente à ameaça que os exércitos e as idéias da França representavam para a metrópole lusitana. Sua política de valorização dos saberes científicos afirmava-se contra uma série de tendências que neles viam, dada a sua associação com os pressupostos da ilustração, um meio de penetração de pressupostos subversivos à ordem vigente. Muitos cientistas naturais foram perseguidos em Portugal sob a alegação de que eram ateus ou portadores das “perigosas idéias francesas”.⁷

O que Souza Coutinho buscava, para além das desconfianças do conservadorismo português, era atrair o apoio da elite colonial, formada em Coimbra, ao ideal de construção de um grande e poderoso império português.⁸ Seis anos antes da transferência da Corte para o Brasil, já a recomendava como indispensável, afirmando que, devido às suas condições geopolíticas e naturais, a América Portuguesa deveria representar a sede desse império.⁹ Renunciando ao cargo em 1803, sob a pressão constante dos que o acusavam de anglofilia, continuou a preconizar a transformação do Império Ultramarino Português numa confederação de iguais. Mais tarde, voltaria ao poder no Brasil, sob o título de Conde de Linhares, continuando seu programa de reformas e incentivo às ciências. Contrariando sua formação iluminista, defendeu, ao longo de toda a sua carreira política, os interesses escravistas, vinculando-os aos investimentos nos setores agrícolas do Brasil. Quanto aos índios, acreditava, como o Marquês de Pombal, que sua mão de obra deveria ser mais utilizada na agricultura. Os chamados “índios bravos” deveriam ser “educados” por eclesiásticos a fim de abandonarem aquilo que entendia como sendo uma espécie “ócio

⁷ SANTOS, Estilague Ferreira dos. *A Monarquia no Brasil: o pensamento político da independência*. Vitória: Edufes, 1999. p. 32. Veja aqui, como exemplo, o caso do professor de Geometria José Anastácio da Cunha, interrogado em Portugal pelo tribunal da Inquisição logo após a queda de Pombal, sob a acusação de ateísmo.

⁸ Cf. sobre as idéias de Dom Rodrigo de Souza Coutinho: discurso pronunciado pelo Ministro Rodrigo de Souza Coutinho perante a Junta de Ministros e outras pessoas sobre assuntos referentes ao desenvolvimento econômico e financeiro de Portugal e domínios ultramarinos. 1803, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Setor de Manuscritos. Coleção Linhares.

⁹ Veja: Memória escrita por Dom Rodrigo de Souza Coutinho sobre a mudança da sede da Monarquia Portuguesa, 1803. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Setor de Manuscritos. Coleção Linhares.

vegetativo.” Não seria inoportuno lembrar aqui que, em 1808, durante o seu governo, o Príncipe Regente declarou a famosa Guerra aos Índios Botocudos. De qualquer forma, só a partir da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, o universo público da antiga colônia passou a delinear-se com mais clareza. Nasceria, dentro em breve, uma imprensa destinada a conformar e expressar, não sem grandes períodos de censura, a opinião pública; contornava-se, então, mais nitidamente, no seio das elites, o que poderíamos chamar de expressões nascentes do espaço da vida privada.¹⁰

2. A Obra de Henry Koster

Conhecido hoje em nosso meio sob o título *VIAGENS AO NORDESTE DO BRASIL*, o livro de Henry Koster foi publicado pela primeira vez em 1816, em Londres. Foi editado, também, nos Estados Unidos e em Weimar, em 1817, em Paris, em 1818 e em Leipzig, em 1831. Como obra autônoma somente veio a ser publicado no Brasil em 1942, embora tenha sido editado em fascículos, entre 1898 e 1931, pela *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco*. A versão mais recente é de 2002, quando a Editora Massangana, de Recife, ligada à Fundação Joaquim Nabuco, lhe deu uma elaborada encadernação. Na obra, Koster descreve suas andanças por Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão.

Filho do comerciante inglês de Liverpool, John Theodore Koster, Henry Koster nasceu em Lisboa, Portugal, mas, não se conhece ao certo a data do seu nascimento. Vindo de Londres, o cronista inglês aportou em terras brasileiras, pela primeira vez, em 07 de dezembro de 1809, com 25 anos de idade, em busca de cura para uma tuberculose, graças à qual havia sido desenganado pelos médicos de sua terra natal. A cavalo, em 1810 partiu para uma primeira jornada até à Paraíba, de onde percorreu os sertões até Fortaleza, lá chegando em 04 de dezembro do mesmo ano. De volta ao Recife, em fevereiro de 1811, viajou ao Maranhão, por mar e, de lá, retornou à Inglaterra em meados de abril. Profundamente impressionado com as paisagens naturais e as populações que havia visitado, o inglês se manteve em estado de ansiedade pelo retorno às terras do Nordeste do Brasil.

Teve um papel importante na vida social, artística e até política do Recife na época. Fez muitas amizades, conheceu governadores, senhores-de-engenho, comerciantes e coronéis.

¹⁰ Veja sobre o tema da formação do espaço público no Brasil: SOUZA, Laura de Melo e, (Org) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1997. V.1, p. 440-445

Em 27 de dezembro do mesmo ano, voltou ao Recife e fez uma viagem ao sertão de Pernambuco. Quando retornou, arrendou o engenho Jaguaribe, na ilha de Itamaracá, tornando-se agricultor e senhor-de-engenho.

Como bom observador anotava, com detalhes, tudo o que via em suas viagens e no seu dia-a-dia. Tomava parte da vida brasileira, conhecendo seu povo, seus usos e costumes, convivendo nas ruas com as mais diferentes camadas da população e freqüentando festas da sociedade local.

Koster não pretendia voltar ao Brasil, mas ao concluir o livro e sentindo o recrudescimento da tuberculose, retornou a Pernambuco em 1817.

Viajou, então, retornando ao Brasil muito em razão do recrudescimento de sua tuberculose, em 27 de novembro de 1811. Nesta volta se tornou senhor de engenho em Itamaracá, onde arrendaria, durante anos, o engenho Amparo. Na tentativa de aclimatar-se à terra e à sua cultura, aporuguesou seu nome para Henrique da Costa e dedicou-se a traçar um perfil dos homens, da cultura e da natureza locais. Descreveu também o Recife, suas transformações arquitetônicas, sua natureza, sua organização político-administrativa. Lá, na capital da Província de Pernambuco, depois de encerrar uma curta temporada em Goiana, Koster faleceu, vitimado pelos males respiratórios que haviam dado motivo à sua viagem ao Brasil, no começo de 1820.

Mais interessante, entretanto, para os nossos propósitos imediatos, é o relato de suas viagens pela zona rural, bordejando os biomas de Semi-árido. Poderíamos, em síntese, elencar dois grupos de fontes, imagens e elementos não excludentes entre si, que exercem presença na leitura de Koster sobre o sertão. Primeiro o inglês reuniu, meticulosamente, as notícias, dados e relatos, *in loco*, na cidade do Recife. Depois, partiu para suas peregrinações pelo sertão propriamente dito. A experiência de viagem, metáfora constante em suas narrativas, pode ser encarada como uma das chaves possíveis para a construção de sua imagem do sertão. Procurando suplantar as teorias de gabinete, elaboradas por homens como Bufon e o Abade Raynal, que nunca haviam visitado as Américas, Koster acreditava que não bastava ler sobre ou consultar os compêndios: era preciso sentir, fisicamente inclusive, as dificuldades que se lhe apresentavam previamente; era preciso pôr em tensão as próprias representações, as memórias, as experiências de outrem que lhe eram relatadas.

Assim, em 1810, desvencilhando-se dos conselhos que o instavam a não tentar cruzar os vales fluviais do Ceará-Mirim e do Assu em um período de seca pronunciada, o inglês Henry Koster decidiu continuar a viagem por terra iniciada algumas semanas antes na cidade do Recife. Depois de atravessar as províncias de Pernambuco e da Paraíba e a porção costeira

sul da província do Rio Grande do Norte, Koster dispunha a si e a seu pequeno séquito a, da cidade de Natal, atingir a cidade de Fortaleza, na província vizinha do Ceará.

Como observou Luiz da Câmara Cascudo, a travessia descrita na narrativa de Koster configuraria um dos primeiros registros sistemáticos, partido de um viés pré-etnográfico, do sertão, dos sertanejos, das regiões assoladas pelas secas. Aqui, há praticamente uma sobreposição: entrar no sertão é adentrar a região das secas. Esse adentrar é narrado como uma sensação física marcada pela desolação das secas prolongadas, expressa na relva calcinada, na falta d'água, nas folhas a cair das últimas árvores resistentes, na água suja, salobra, empoçada. O sertão era muito maior, embora de uma grandeza e extensão indefinidas, do que aquela região que atravessava – isso, é claro, no relato do viajante inglês, que se pôs a compulsar, a partir dos testemunhos orais, informações que fundamentavam sua descrição. É importante reconhecer que Koster é um viajante arguto, observador tenaz, embora não fosse movido por interesses científicos, cartográficos, colecionistas ou de catalogador, como os de outros viajantes do período. Koster não arroga imparcialidade e nem se restringe à noção, que marcara as narrativas dos séculos XVII e XVIII, de que o observador poderia permanecer exterior à cena, imóvel, construindo uma visão objetiva, pura, do mundo.¹¹ Mesmo assim, percebe-se-lhe como portador de uma autoridade e de um conhecimento prévios – ainda que não institucional – que autoriza as suas incursões e o valor dos seus relatos. Não se deve esquecer, ademais, que as notas tomadas ao sabor das andanças seriam depois ponderadas, revisadas, no gabinete de Robert Southey, em Londres – onde, certamente, consultou muitos documentos raros e relatos de outros viajantes, como o de Barlaeus, escrito no século XVII.¹²

Lembre-se isto para ajudar a entender a afirmação do viajante quando anuncia: “entrava eu para o sertão e esse merecia o nome” (*Ibidem*, p.123). Se merecia o nome é porque encontrou ali elementos distintivos sobre os quais lera/ouvira antes. Uma imagem pré-existente – que pode ser formada também por palavras, cheiros, sons – portanto. Assim, qual geografia imaginativa informara a sua visão do sertão? Quais elementos lhe permitiam dizer que, a partir de determinado momento da travessia, cruzava os umbrais do sertão?

Koster, como britânico, embebeu-se nas representações colonialistas sobre a geografia do “outro”, dos espaços considerados não-civilizados, em especial, dos Trópicos e do Oriente. Afinal, o relato de Koster insere-se num contexto de emergência de um observador moderno, assim como de estabelecimento do orientalismo moderno como discurso, cuja influência da

¹¹ Cf. MARTINS, 2001, p. 42-44.

¹² Cf. KOSTER, 1942, p. 7.

estrutura de leitura e análise projeta-se para além do oriente geográfico. É significativo que Koster pense o sertão, a princípio, como derivado de deserto – imagem quase inerente de mistério e imprecisão.

Por fim, não se pode desconsiderar a contribuição individual do registro de Koster, que se construiu no confronto entre as imagens e leituras prévias com as quais travara contato e o seu adentrar constante de um território então não constituído, bordejando sempre as fronteiras das secas.

3. Considerações finais

Para todos os viajantes europeus cuja obra até agora estudamos, e, conforme veremos, também para Koster e o naturalista viajante Manuel Arruda da Câmara, a Europa era o centro de tudo o que se produzira de melhor e mais refinado na cultura humana. Dar oportunidade aos povos conquistados de usufruir destas conquistas e conduzi-los paternalisticamente a um estado superior de “civilização” passava então a ser uma obrigação histórica e filantrópica dos homens ilustrados. Este discurso justificou diversas intervenções no âmbito das nações indígenas. Mary Louise Pratt chamou de *anticonquista* às estratégias de representação através das quais “os agentes burgueses europeus procuram assegurar sua inocência ao mesmo tempo em que asseguram a hegemonia européia”.¹³ Os viajantes se representam na condição de observadores esclarecidos, capazes de não apenas descrever e denunciar “injustiças”, mas também propor soluções e intervenções sobre a ação dos governos e autoridades que administravam os territórios visitados. A superioridade européia era assim confirmada para os leitores europeus de seus livros. A validação desta “preeminência caucásica” contava inclusive com o respaldo dos “saberes científicos” de que os naturalistas eram protagonistas. Por outro lado, o discurso de viajantes como Koster, Spix, Martius e Saint-Hilaire, foi também, e freqüentemente, um discurso de “anticonquista”, na medida em que sua validação foi sempre permeada por constantes estratégias de afirmação de inocência. Dentre elas, talvez, a mais recorrente tenha sido a justificação pedagógica da violência, que me parece perfeitamente coerente com o espírito de seu tempo. Não devemos perder de vista a

¹³ PRATT, Mary L., op. cit., p.32.

constatação de que, nos séculos XVIII e XIX, violência física e pedagogia andavam quase sempre juntas.¹⁴

Percebe-se, através deste trabalho, resultado de incursões preliminares feitas no âmbito desta proposta de pesquisa, que muitas indagações, questionamentos e curiosidades foram suscitadas a respeito da forma como os naturalistas e viajantes europeus perceberam e representaram a paisagem nordestina e a forma como as sociedades se inter-relacionaram com o meio ambiente durante o início do oitocentos. Pretende-se, a partir dessa breve incursão, aprofundar na pesquisa sobre a vegetação e a paisagem cultural nordestina com base em um diálogo teórico-metodológico com o campo da História Ambiental.

4. Referências

4.1 Fontes

Obras de Manuel Arruda da CÂMARA:

- 1) *Centúria*;
- 2) *A memória sobre a cultura do algodoeiro*, 1797;
- 3) *Dissertação sobre as plantas do Brasil*, 1817;
- 4) *Discurso sobre a vitalidade da instituição de jardins nas principais províncias do país*, 1810;
- 5) *Aviso aos lavradores sobre a suposta fermentação de qualquer qualidade de grãos ou pevides para aumento da colheita*, Lisboa, 1792;
- 6) *Memórias sobre as plantas de que se podem fazer baunilha no Brasil*;
- 7) *Memórias sobre o algodão de Pernambuco*, Lisboa, 1810;
- 8) *Tratado de Agricultura*;
- 9) *Tratado da lógica*;
- 10) *Textos manuscritos de Manuel Arruda da Câmara*;
- 11) *Textos atribuídos a Manuel Arruda da Câmara*;
- 12) *Documentos respeitantes a Manuel Arruda da Câmara e sua obra*;
- 13) *Apensos relativos a Manuel Arruda da Câmara*;
- 14) *Desenhos de vegetais da obra de Manuel Arruda da Câmara*;
- 15) *Anais pernambucanos – Vol. VII – Manuel Arruda da Câmara. CD-rom*

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. trad. e notas L. C. Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. [orig. 1816]

4.2 Livros e publicações

¹⁴ Sobre essa violência pedagógica que, ao meu ver, parece associar-se ao conceito foucaultiano de *poder disciplinar* veja: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

ANJOS JÚNIOR, João Alfredo dos (Org.) *Viajantes ingleses no Nordeste do Brasil no século XIX*. Recife: Fundaj; Instituto de Documentação. Biblioteca Central Blanche Knopf; The British Council, 1991. [Não paginado]. Catálogo de exposição bibliográfica.

BELLUZZO, Ana Maria de M. *O Brasil dos Viajantes*. 2 ed. 3 vol. São Paulo: Metalivros; Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

BELLUZZO, Ana Maria. A propósito do Brasil dos viajantes. *Revista da USP* (Dossiê Brasil dos Viajantes), São Paulo, n. 30, p. 9-20, 1996

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Do sertão à cidade: quantos territórios!. In *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, EDUNISC, 1995.

CASCUDO, Luis da Câmara. Prefácio do tradutor. In Koster, H. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p.09-28, 1942.

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem*. Tradução José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. imagens da natureza e da sociedade. In: _____. *A inconstância da Alma selvagem: e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 338.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1976.

DANTAS, George A. F.; FERREIRA, Angela L. A. e FARIAS, Hélio T. M. *A dimensão técnica das secas (formulações iniciais, leituras do território e planejamento na virada para o século XX)*, 2006 [artigo inédito].

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p.177-197.

FERRAZ, Joaquim de Sampaio. A meteorologia no Brasil. In: Fernando de Azevedo (org). *As ciências no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1980. p. 205-240.

FERREIRA, A.L. DANTAS, G.A.F. FARIAS, H.T.M. Adentrando sertões: considerações sobre a delimitação do território das secas. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (62). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-62.htm>> [ISSN: 1138-9788]

FERREIRA, Angela L. de A, DANTAS, George A. F. e EDUARDO, Anna Rachel B. Em torno das cidades: urbanismo e secas no Nordeste do Brasil, 1900-1920. *Scripta Nova*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, n.194(104), <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-104..htm>>. [20 de setembro de 2005]. ISSN: 1138-9788.

FERREIRA, Angela L. de A. e DANTAS, George A. F. Os 'indesejáveis' na cidade: as representações do retirante da seca (Natal, 1890-1930). *Scripta Nova*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2001, vol. V, n. 94 (96), <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-96.htm>>. [13 de outubro de 2001]. ISSN: 1138-9788.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Raízes da indústria das secas: o caso da Paraíba*. João Pessoa, PB: Editora Universitária/UFPB, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 9 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.[orig. 1979]

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: história da migração nordestina para a Amazônia*. Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2006. 304 p.

JAMES, Preston E. Observations on physical geography of Northeast Brazil. *Annals of Association of American Geographers*, v.42, n.02, pp.153-176, jun. 1952.

MARTINS, Luciana M. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert. "O Sertão: Um 'Outro' Geográfico. *Terra Brasilis*, Rio de Janeiro/RJ, ano III-IV, n. 4-5, p.11-23, 2003.

PERRONE-MOISES, Leyla. Alegres trópicos: Gonville, Thevet e Léry. *Revista da USP* (Dossiê Brasil dos Viajantes), São Paulo, n. 30, p. 85-94, 1996.

PRATT, M. L. no Vale do Mucuri. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, p. 268.

RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxonomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *História, Ciências, Saúde* Rio de Janeiro: n.8, p. 969-992, 2001, p. 972. suplemento.

REBORATTI, Carlos E. Fronteras agrarias en Latino América. *Geo Critica: Cuadernos Críticos de Geografía Humana*, Barcelona: Universidad de Barcelona, n.87, mayo 1990 [reproducido em *Scripta Vetera, edición electrónica de trabajos publicados sobre Geografía y Ciencias Sociales*, sv-26, <www.ub.es/geocrit/sv-26.htm>. [12 de fevereiro de 2006]. ISSN: 1578-0015.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte, MG: Itatiaia e São Paulo: Edusp, 1974. 216 p. (coleção Reconquista do Brasil, v. 17). Publicado originalmente em 1557